

Sector bancário

Atracção pelos 49 por cento do capital

Sonangol quer ter quase metade do capital das instituições portuguesas que operam em Angola, além das posições que detém em bancos locais. Resta saber o que fará depois

Luís Villalobos

● A Sonangol, entanto empresa do Estado e fortemente capitalizada, é a ferramenta angolana para entrar como accionista de referência nas instituições bancárias estrangeiras que operam neste país, como o Banco Millennium Angola (BMA, do BCP), Banco de Fomento Angola (BFA, do BPI) e Totta Angola (do Santander e CGD). No entanto, e apesar de diversas notícias e até de assinaturas (com o BCP), ainda pouco ou nada se efectivou.

Depois de vários atrasos, foi dado um passo em Dezembro do ano passado com o protocolo entre a petrolífera angolana e o BCP (ainda no mandato da anterior gestão), estipulando-se que o BCP ficaria com dez por cento do Banco Privado Atlântico (instituição da Sonangol criada há dois anos), e a Sonangol/BPA com 49,99 por cento do BMA.

Accionistas transversais

A entrada no BMA decorrerá através de um aumento do capital em numérico, e a nova equipa executiva será formada por 4 ou 5 membros e presidida por um nome ligado ao BCP, que terá voto de qualidade. A Sonangol indicará dois executivos, incluindo um vice-presidente.

Em Maio, o protocolo foi rubricado já pelo novo presidente executivo do BCP, Carlos Santos Ferreira (ex-presidente da Caixa Geral de Depósitos), faltando alguns acertos.

Segundo as comunicações oficiais de Angola, o presidente da Sonangol, Manuel Vicente, afirmou na ocasião que a entrada no capital destas instituições financeiras visa “ajudar ao crescimento destes bancos”, além “de dar mais oportunidades aos angolanos”. No passado mês de Julho, Carlos Santos Ferreira afirmou que o desfecho final estaria “para breve”.



PEDRO CUNHA

Segundo o Diário Económico (DE), faltavam acertar pormenores como o valor do preço a pagar ao BCP pelos 49 por cento do BMA.

A entrada no capital do BFA já foi dada como certa por diversas vezes, mas o grupo liderado por Fernando Ulrich ainda não confirmou nenhum acordo de venda, afirmando apenas que pretende abrir o capital a parceiros angolanos.

Isto poderia acontecer através da dispersão em bolsa, mas a abertura do mercado de capitais tem tardado. Sendo um dos maiores bancos do país e fonte de lucros para o BPI, o BFA torna-se num dos alvos mais apetecíveis para a Sonangol. Também

o Totta Angola deverá ceder 49 por cento do capital aos angolanos, mas falta ainda que as autoridades locais autorizem a entrada da CGD no capital desta instituição.

O processo, que se arrasta há cerca de dois anos supostamente por causa de a CGD ser um “banco estatal”, terá de estar concluído antes da venda a accionistas locais.

Como escreveu o DE, ao contrário do que inicialmente era intenção dos dois bancos portugueses, a participação de investidores angolanos será de 49 por cento (quando inicialmente era

Carlos Santos Ferreira, presidente do BCP, foi quem avançou mais no processo de abertura à Sonangol. O BFA, do BPI, é um dos alvos maiores



inferior). A Sonangol terá, mais uma vez, um papel a representar quando houver nova estrutura accionista. Por perceber fica a posição do Banco Espírito Santo Angola (BESA), onde os capitais locais têm apenas 20 por cento através do grupo Geni, que inclui accionistas como Isabel dos Santos. Seja com for, e depois de vários atrasos, estima-se que todos os processos estejam concluídos entre este ano e o próximo.

A questão que se coloca é se a Sonangol ficará como accionista de referência de bancos portugueses e angolanos, com tudo o que isso implica ao nível de ética do negócio e incompatibilidades concorrenciais (aos olhos das instituições europeias). Além do BPA, BAI e BCI, deverá ainda participar no BMA, BFA e Totta Angola, sem contar com os cerca de 10 por cento do BCP em Portugal.

Isto, pelo menos, numa primeira fase. Posteriormente, e segundo referem fontes ligadas ao mundo de negócios angolano, a petrolífera deverá revender parte ou todo o capital a terceiros, sendo certo que serão angolanos, ligados directa ou indirectamente ao regime. Embora não haja certezas, e muito menos dados, os investidores portugueses poderão ter de partilhar o negócio com accionistas que não foram escolhidos por si, mas sim pela Sonangol e pelo Estado.

A liderança do sector financeiro, onde operam 17 instituições (a caminho das 20), é disputada pelo BFA, BAI e BIC (que cresceu de forma surpreendente desde a sua formação em 2005, tendo como sócios personalidades como Isabel dos Santos e Américo Amorim). De acordo com um relatório da Deloitte sobre a banca angolana, datado do final de Julho, “o sector financeiro angolano continua a dar provas de forte dinamismo, reforçando o seu peso na economia”.

Sonangol nasceu com a independência mas sem o marxismo

Em 32 anos, a empresa teve apenas quatro líderes

● Manuel Domingos Vicente, de 52 anos, é o líder da maior instituição empresarial angolana. Este engenheiro, formado em Electrónica pela Universidade Agostinho Neto, ex-jogador de futebol e antigo professor, comanda a petrolífera nacional angolana desde 1999, tendo já sido renomeado por duas vezes no cargo.

A sua influência alarga-se para além do petróleo, à semelhança do próprio grupo. Manuel Vicente, nascido em Luanda e próximo de José Eduardo dos Santos (é vice-presidente da Fundação do presidente), é também administrador do BAI, presidente da assembleia-geral da Unitel (empresa de telemóveis onde a PT e Isabel dos Santos detêm, cada uma, 25 por cento), e, entre outros cargos, está também ligado ao grupo de investimentos norte-americano Carlyle). Em Portugal é administrador não executivo da Galp Energia desde

2006, sendo que a Sonangol tem ainda dois assentos na Amorim Energia, ocupados por Sindika Dokolo (marido de Isabel dos Santos) e Mateus de Brito, vice-presidente da estatal angolana. No conselho de administração da Sonangol, Manuel Vicente e Mateus de Brito contam ainda com Anabela Fonseca, Fernando Roberto e Syanga Abílio.

Quando o presidente da Sonangol, que teve formação em Londres na OGCI (Oil & Gas Consultants International), chegou à liderança da empresa, encontrou uma estrutura bastante profissionalizada, principalmente tendo em conta os outros sectores do país.

Se é verdade que no final dos anos 90 o marxismo já deixara de ser o caminho percorrido ao nível político e económico em Angola, também é um facto que esse tipo de “programação” nunca fora imposto à Sonangol.



Manuel Vicente, de 52 anos

Ricardo Soares de Oliveira, investigador e autor de um trabalho sobre a empresa, intitulado “Business success, Angola-Style: postcolonial politics and the rise and rise of Sonangol” (disponível em <http://www.igloo.org/library/>), refere que a Sonangol conseguiu captar quadros do sector após a independência, mantendo-se assim activa, e rapidamente conseguiu fazer parcerias e convencer as multinacionais, como a Chevron, a voltarem ao país.

Quadros da Petrolgal foram ou ficaram em Angola, ao mesmo tempo que recorria à consultora norte-americana, Arthur D. Little (que já presta serviços idênticos ao Estado português). Nas parcerias, destacou-se o apoio da argelina Sonatrach, ao nível técnico e na formação de quadros. Ao mesmo tempo, e ciente da importância do petróleo para o esforço de guerra que tratava internamente, o

MPLA precisava do regresso das petrolíferas estrangeiras.

Foi, aliás, o petróleo que pagou grande parte do armamento do MPLA no combate com a UNITA, além de servir como financiador das instituições do Estado junto de bancos internacionais, usando o petróleo como crédito em transacções consideradas “pouco transparentes” por organismos como o Banco Mundial.

A Sonangol, que age como concessionária, operadora e reguladora, tem tido poucas mudanças dentro da empresa em termos de gestores e quadros. Na presidência, Manuel Vicente é apenas a quarta pessoa a ocupar o topo desde a sua formação, há 32 anos.

Após Percy Freundenthal apenas dois homens lideraram a petrolífera: Hermínio Escórcio e Joaquim David (que, nomeado em 1989, antecedeu o actual presidente). L.V.